



# **A tecnologia e o controle do tempo nas dinâmicas de trabalho: da Revolução Industrial ao Neoliberalismo**

*Luisa Pereira Manske* \*

*Maria Sara de Lima Dias* \*\*

## **Resumo**

A tecnologia e o controle do tempo se encontram presentes nas dinâmicas de trabalho, regulando as atividades dos trabalhadores desde a Revolução Industrial até o Neoliberalismo. Desta forma, as relações com o trabalho são mediadas pelo tempo com o desenvolvimento de maiores recursos de gestão pela tecnologia implantada. Observam-se impactos não só na forma mais no conteúdo do trabalho, gerando uma profunda mudança social nas formas de vida. Objetivou-se fazer uma relação entre a teoria marxista no que diz respeito a aspectos da influência da tecnologia na transformação das relações de trabalho contemporâneas que mostram os avanços do

---

\* Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) / Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Correo electrónico: lpmanske@gmail.com.

\*\* Programa de Pós-Graduação Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) / Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Brasil. Correo electrónico: mariadias@utfpr.edu.br.

capitalismo e seus efeitos na subjetividade e nos sentidos atribuídos ao mundo do trabalho. O sentimento de aceleração do tempo mostra como tudo parece estar mais rápido e como vive-se com medo e com a sensação de ansiedade e insegurança cada vez maior pela falta de tempo. Conclui-se que as dinâmicas do trabalho neoliberal apontam perversidades nas diferentes formas de precarização atreladas por meio do maior controle do tempo da vida em prol da máxima produtividade. Destaca-se a relevância da discussão acerca do controle do tempo como forma de exploração de trabalho no sistema capitalista, visto que esta dimensão influencia a precarização da própria vida dos trabalhadores na lógica neoliberal.

## **Palavras-Chave**

TEMPO; PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO; NEOLIBERALISMO.

## **Introdução**

A relação entre a tecnologia e o controle do tempo foram fatores essenciais para o desenvolvimento da estrutura e da lógica de trabalho nas indústrias do sistema capitalista. A definição de trabalho expressa por Engels (1977), identifica o trabalho como uma das condições básicas da vida dos seres humanos, a tal ponto deste afirmar que o trabalho criou o próprio homem. Desde a pré-história da civilização os seres humanos se utilizam do trabalho para a criação de ferramentas e instrumentos que facilitem o atendimento de suas necessidades básicas como a alimentação e a defesa. Portanto, os humanos não só modificam

a natureza com o uso de ferramentas e instrumentos de trabalho como a dominam e submetem ao capricho destas necessidades.

Na Revolução Industrial, a demanda por trabalhadores para as fábricas fez com que o capitalismo também se apropriasse destas definições e enaltecesse uma ideologia na perspectiva de considerar que o trabalho é a única forma de realização da vida. O trabalho é desta tal época histórica representado como uma atividade glorificadora, na qual se expressa o potencial da produtividade de um ser humano. Dessa maneira, a fábrica mantinha o discurso do trabalho como enobrecedor e divulgava a produtividade por meio da maquinaria (De Decca, 1995). Tais visões e representações sociais sobre o trabalho são veiculadas e mantidas através das instituições sociais. Entretanto, a realidade do trabalho diretamente vivenciado na fábrica volta-se para a produção de mais-valia para o detentor dos meios de produção. Marx (1975), ao escrever sobre a fábrica, afirma que:

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador. (Marx, 1975: 56)

As condições pré-existentes de produção artesanal de mercadorias e suas respectivas trocas entre consumidores criaram uma configuração sem a qual o capitalismo não poderia ter surgido. A produção de mais-valor a partir da produção de mercadorias configura-se, no entanto, como a base do sistema capitalista que, para isso, apropria-se das técnicas de forma a manter um controle total sob toda

a produção. Esta mudança da produção artesanal para a produção industrial altera as relações sociais e a configuração da vida familiar e do trabalho (Harvey, 2018). Visto que a produção fabril demanda um funcionamento contínuo e exato da maquinaria, os trabalhadores, antes acostumados a um sistema artesanal de produção familiar, são inseridos a um sistema disciplinar rígido de comportamento com total controle do tempo.

Os trabalhadores que primeiro vivenciaram estas mudanças, seja na valorização moral do trabalho ou no controle e utilização produtiva do tempo, sentiram mais bruscamente o impacto destas normas no seu cotidiano. Estas normas tornaram-se mais enraizadas na cultura com o passar do tempo, constituindo um dos grandes triunfos dos capitalistas (De Decca, 1995).

Assim, o sujeito moderno, proveniente de uma Revolução Industrial cujo regime de trabalho influenciou diretamente no ritmo de vida pessoal dos trabalhadores, viveu marcado por regimes normativos provenientes dos espaços de uma sociedade rural e cristã, das organizações políticas e do âmbito financeiro do trabalho. A partir de um discurso científico e capitalista do Iluminismo, construiu-se um ser humano que é produtivo, consumidor, possui força de trabalho e precisa atender suas necessidades básicas para viver. Este sujeito moderno produtivo é a grande obra da sociedade industrial, no qual não basta apenas aumentar a produção, mas gerar nas pessoas um estímulo a produzirem. Esta educação da mente leva a um controle da organização dos tempos de trabalho, de lazer e descanso, um processo de "gestão de mentes" em uma busca incessante por prazer e felicidade (Dardot e Laval, 2016).

Como afirmado por Thompson (1998: 289): “Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra” que por vezes se

encontra ocultada nas estratégias de reprodução do sistema capital. Para Rosa (2019), a consideração da dimensão temporal é essencial para a compreensão das mudanças que vem ocorrendo tanto na sociedade quanto na percepção individual de si mesmo das pessoas que estão vivenciando este processo. Como no momento atual, o rompimento da linearidade do tempo e do espaço promovido pela pandemia do COVID-19, por exemplo, altera a configuração da sociedade.

A adaptação ao tempo das máquinas trazia nas sociedades industriais e modernas, por outro lado, uma separação mais clara entre os momentos de “trabalho” e os momentos de “vida” (Thompson, 1998). Nesta sociedade industrial do século XIX e XX, havia, portanto, dentro de certos limites, uma maior possibilidade de uma separação entre as diferentes esferas da vida particular dos trabalhadores, com uma utilização dos seus direitos em paralelo com a direção por seus interesses econômicos (Dardot e Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016) salientam, entretanto, que a perspectiva da lógica neoliberal vivenciada atualmente difere desta modernidade liberal. A partir do final da década de 70, o neoliberalismo expande-se e passa a ser implementado pelos países capitalistas. Dentre as suas características, estão a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores e a propagação do individualismo (Antunes, 2009).

Em um contexto em que a sociedade é vista como uma grande empresa constituída de empresas, o sujeito liberal, mais do que um empregado, é considerado em si mesmo uma pequena empresa que faz parte de uma instituição-empresa maior. O sujeito neoliberal é, portanto, competitivo. Esta nova condição social implica um novo estado subjetivo que apresenta sintomas de uma mudança na construção de si mesmo. Nesse sentido, a estrutura neoliberal de trabalho

impacta diretamente na subjetividade das pessoas e na sua experiência social e cultural na atualidade (Dardot e Laval, 2016).

Para González Rey (2009), a subjetividade de cada um é gerada por um sistema dos sentidos que são produzidos no encontro do sujeito com as experiências vividas. Estes encontros geram emoções que guiam suas ações e comportamento e que caracterizam, portanto, a história e a vida social de cada sujeito. Dessa forma, observa-se a importância de compreender a perspectiva dos sujeitos no desenvolvimento de suas atividades no contexto do trabalho neoliberal, visto a influência deste nas suas experiências sociais e sua identidade.

Parte-se da análise histórica em Marx (1975) para compreender os fenômenos de trabalho atuais e o quanto eles impactam nas relações sociais e culturais dos trabalhadores do século XXI. Neste contexto, as normas aplicadas na fábrica da Revolução Industrial já foram internalizadas e se transformam em formas mais avançadas às quais a nova geração de trabalhadores vem se adaptando, o que tem gerado uma precarização do trabalho e diversos efeitos adoecedores. Dessa forma, objetivou-se relacionar os conceitos de Marx (1975) com semelhança à utilização das máquinas e da tecnologia nas fábricas e o impacto desta na mudança das relações de trabalho. Ainda, buscaram-se as dimensões do tempo presentes para os trabalhadores à época da Revolução Industrial em sua relação com as definições contemporâneas de aceleração do tempo de Rosa (2019) e as mudanças nas formas de trabalho atuais no neoliberalismo em Dardot e Laval (2016).

### **A mediação da tecnologia e o maquinário em Marx (1975)**

A tecnologia é um aspecto fundamental para a compreensão das dinâmicas do capital em movimento (Harvey, 2018). Neste contexto surge a discussão acerca do papel das máquinas na perpetuação e aprimoramento do capital. O funcionamento das máquinas demanda uma relação disciplinar com o tempo e a sincronização dos humanos aos tempos sociais, o que, no caso da Revolução Industrial, referia-se ao tempo das máquinas. Visto que esta sincronização apresenta um impacto nas suas relações culturais e sociais, é de importância compreender o papel da tecnologia na construção da relação das pessoas com o trabalho.

No Capítulo XIII d'O Capital, Marx (1975) questiona a ideia de que o desenvolvimento das máquinas proporcionaria, de alguma maneira, um alívio do trabalho realizado pelos trabalhadores das fábricas. Do contrário, esta maquinaria tem como objetivo tornar mais barato as mercadorias produzidas e mais rápida a produção, de forma que o capitalista possa produzir e lucrar mais.

Os mecanismos de funcionamento da máquina de trabalho remetem em grande parte às ferramentas utilizadas pelos artesãos antes do advento da maquinaria na produção industrial de larga escala. Visto que a quantidade de movimento e de produção simultânea pelo trabalhador é limitada à sua condição humana, a máquina realiza o trabalho em maior produtividade (Marx, 1975).

A maquinaria opera como qualquer outro componente do capital constante: não cria nenhum valor, mas transfere o seu próprio valor ao produto que produz. Dessa maneira, a máquina é um componente de valor deste produto (Marx, 1975). Entretanto, a maquinaria, que entra por inteiro no processo de realização do trabalho, é adicionada apenas em parte ao processo de valorização do produto. Além disso, a produtividade das máquinas é contabilizada na medida em que o seu funcionamento substitui a força de trabalho humana (Marx, 1975).

O trabalho vivo realizado pelos seres humanos, é, então, a única fonte possível de mais-valor. O papel das máquinas neste processo é a de apenas ajudar a aumentar a produtividade desta força de trabalho humana para que, assim, o valor total permaneça o mesmo, mas o valor das mercadorias diminua. A crença de que existe uma produção de valor pelas máquinas é o que Marx considera em *O Capital* como o fetichismo da tecnologia (Harvey, 2018). Além disso,

[...] tudo leva a crer que a fábrica surgiu muito mais por imperativos organizacionais capitalistas de trabalho do que por pressões tecnológicas. Segundo, a tecnologia teve papel decisivo onde e quando a sua utilização facilitava e obrigava a concentração de trabalhadores e portanto a afirmação do sistema de fábrica (De Decca, 1995: 32).

A maquinaria, enquanto parte fundamental da indústria moderna com um papel central na reprodução e manutenção do sistema capitalista, apresenta efeitos imediatos sobre o trabalhador. A relação do trabalho com o tempo surge então na produção mecanizada com o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação deste trabalho (Marx, 1975).

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite material (Marx, 1975: 36).



As máquinas fornecem o movimento automático na produção industrial que permitiriam uma produção contínua e ininterrupta não fosse as limitações naturais – necessidades físicas e a própria vontade – dos seres humanos designados a operá-las. Entretanto, quanto maior o tempo de funcionamento ininterrupto da máquina, maior o número de produtos aos quais o valor transferido por ela será dividido. Portanto, menor o valor adicionado à cada mercadoria individualmente. Dessa maneira, mais se sobra enquanto mais-valor ao capitalista. Aumentar o número de trabalhadores, porém, exige da fábrica um aumento também no seu investimento em maquinaria e espaço físico, enquanto o prolongamento da jornada de trabalho dos trabalhadores existentes não demanda tais movimentações (Marx, 1975). No momento em que o prolongamento da jornada de trabalho é impedido, por meio de regularizações que estabelecem uma quantidade máxima de horas de trabalho, dá-se lugar a um processo de intensificação deste mesmo trabalho, com vistas a produzir ainda mais no tempo agora limitado pela lei (Marx, 1975).

Na descrição da fábrica, Marx (1975) afirma que, para que a maquinaria opere em sua potência máxima, exige-se do trabalhador uma subordinação técnica, disciplina e regularidade nos hábitos de trabalho que não eram presentes na produção artesanal de mercadorias. Os trabalhadores precisavam, então, de toda uma mudança de hábitos para se adequarem às máquinas.

Neste sentido, segundo Thompson (1998), no controle do trabalho dentro do sistema capitalista, a sincronização é elemento importante para a atenção ao tempo necessário para que o trabalho seja feito. Enquanto a manufatura ainda era desenvolvida em um sistema domiciliar e o sistema de trabalho orientado por tarefas era dominante, esta necessidade não se dava da mesma forma, o que criava padrões de trabalho irregulares organizados pelo próprio trabalhador e,

portanto, mais difíceis de controlar pelo capitalista. Na introdução da grande indústria, tem-se a possibilidade de agrupar todos os trabalhadores em um só espaço, com a mediação das máquinas exigindo a sincronização do tempo de forma a se ter maior controle seja da quantidade produzida, seja da força de trabalho dos trabalhadores. A estrutura de poder associada ao controle do tempo era tão marcada que se buscava impedir que os trabalhadores detivessem qualquer conhecimento sobre o tempo e as horas (Thompson, 1998). Com a adaptação ao novo sistema de tempo, que se deu de forma lenta, muitas vezes atravessando gerações, internalizou-se a concepção de que o tempo é dinheiro:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro (Thompson, 1998: 294).

Produz-se então a noção de um “tempo útil” a partir da ampliação e desenvolvimento deste mercado produtivo, que visa disciplinar a classe burguesa em ascensão e a trabalhadora por um conjunto de novas normas e valores que possuem o tempo como um relógio moral. Dessa maneira, a Revolução Industrial foi vitoriosa não só pelos aspectos técnicos e tecnológicos que deram suporte à produção capitalista, mas também por providenciar uma nova forma eficiente de

controle das relações de trabalho e hierarquia entre capitalistas e trabalhadores (De Decca, 1995).

### **O tempo na sociedade moderna em Hartmut Rosa (2019)**

Thompson (1998) explora a relação desenvolvida com o relógio quando o tempo se transformou em elemento essencial para a manutenção do capitalismo por meio da produção fabril. Este pequeno novo instrumento passa a fazer parte do cotidiano das pessoas e se torna não apenas útil para a regulação dos tempos do cotidiano de trabalho fabril, mas também objeto de prestígio para aqueles que o detinham.

Para Rosa (2019), o tempo possui um caráter cognitivo e normativo na sociedade, com uma internalização social do tempo na personalidade das pessoas que o vivenciam de determinada forma em seu contexto social e cultural. Dessa forma, a percepção do tempo é fortemente influenciada pelos fatores culturais e sociais de uma determinada sociedade.

Além disso, o ritmo e a velocidade das práticas cotidianas são diretamente influenciados pelos modelos temporais coletivos e as exigências de sincronização presentes na sociedade. Para manterem-se incluídos em uma determinada sociedade, os indivíduos são obrigados a sincronizar suas ações com estas convenções e a das outras pessoas com as quais interagem. Assim, esta integração dos tempos pessoais cotidianos, o tempo de uma vida e o tempo social do momento em que se vive é algo que necessita ser construído e, portanto, é perpassado por questões de poder (Rosa, 2019).

As mudanças tecnológicas, principalmente ao longo do século XX e XXI, encurtaram os prazos e as distâncias nas sociedades modernas, no entanto, a sensação de

uma falta de tempo para realizar tudo o que é necessário mantém-se cada vez mais presente. Se na sociedade moderna a estrutura temporal possuía uma característica linear, com um passado trazendo a um presente que certamente guiará para um futuro fixo, na alta modernidade este futuro é incerto e aberto. A predominância é de uma concepção de tempo que se mantém constantemente acelerado (Rosa, 2019).

Rosa (2019) ainda reflete sobre a noção de que “o tempo atual é um tempo de crise” não ser algo recente. Entretanto, a percepção de uma certa aceleração do tempo e da história começa a ser escrita pouco antes das Revoluções Francesa e Industrial, no início da Modernidade. A aceleração do tempo constitui então, um diagnóstico que se mantém até os dias de hoje no que diz respeito a uma percepção de tempo. Um segundo diagnóstico é observado na fase avançada da Modernidade, no fim do século XX, na forma de uma percepção de cristalização do tempo, na qual nada relevante acontece, com o sentimento cada vez maior de um tédio generalizado. Ambas as perspectivas podem ser relacionadas às características adoecedoras, como a ansiedade e sobrecarga na aceleração e a depressão na cristalização. Esta transformação acelerada da vida faz com que as pessoas necessitem planejar a longo prazo sem ter uma estabilidade que seja resistente ao tempo em que se apoiar.

### **Precarização do trabalho no contexto neoliberal em Pierre Dardot e Christian Laval (2016)**

A dimensão do trabalho no século XXI é diferente em muitos aspectos da relação de trabalho das fábricas da Revolução Industrial apresentada por Marx. São novas formas de trabalho em que, no entanto, mantém-se a lógica capitalista de

transformar o trabalhador como apenas uma engrenagem de um sistema maior. Enquanto o homem moderno liberal vivia no trabalho um contexto de uma “cultura da empresa”, ao homem neoliberal apresenta-se a empresa enquanto um “governo de si mesmo” (Dardot e Laval, 2016). Esta transição ocorre, segundo Dardot e Laval (2016: 329) no aumento da precariedade das condições de trabalho no antigo sistema:

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas "novas formas de emprego" precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neo gestão nas empresas. Nesse sentido, a "naturalização" do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (Dardot e Laval, 2016: 329).

Na condição de "empresa de si mesmo" a responsabilidade pela valorização de seu trabalho é inteira do indivíduo e torna-se um princípio absoluto no neoliberalismo. Assim, toda atividade realizada pelo indivíduo converte-se em um "processo de valorização do eu", na medida que todas as esferas de sua vida compõem a

empresa que é ele mesmo e a sua valorização implica conseqüentemente a valorização da si enquanto empresa no mercado e uma integração entre a vida pessoal e a profissional, que se fundem (Dardot e Laval, 2016).

Nesse sentido, técnicas que visam o melhor "domínio de si mesmo", como o *coaching*, proliferam. Estas técnicas, por meio de diferentes metodologias, visam fortalecer este eu-empresa de maneira a adaptá-lo à realidade, controlar emoções, prepará-lo para lidar com problemas e com a certeza das mudanças contínuas. Entretanto, todas estas técnicas para a transformação e melhoramento de se colocam no indivíduo a responsabilidade pela competição e pela complexidade do mundo do trabalho neoliberal (Dardot e Laval, 2016).

Assim, a novidade do neoliberalismo é a capacidade de fazer os indivíduos suportarem as novas condições de trabalho impostas de forma que contribuam para manter cada vez mais essas condições presentes. Isso produz uma reação em cadeia de sujeitos empreendedores que reforçam a competição entre si em um processo autorrealizador: os sujeitos precisam se adaptar às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (Dardot e Laval, 2016). Nesta dimensão, a relação com o tempo torna-se ainda mais expressiva do que no homem moderno, com a utilização de todo o tempo disponível para um trabalho que também se transforma em cada vez mais precário.

Além disso, Dardot e Laval (2016) salientam que o estado de ser empresa de si implica na constância do risco. Este risco passa a ser muito menos um risco social de uma política de Estado e cada vez mais associado ao indivíduo no exercício de suas liberdades ilimitadas. Dessa forma, o indivíduo é responsável tanto pelo risco quanto pela cobertura dele. O acesso e compartilhamento de informações surge então como um elemento agravante: a partir do momento que esta pessoa pode acessar todas as informações necessárias, supõem-se que ela é

totalmente responsável pelos riscos de seus atos e de suas escolhas. Em uma permanência do processo de escolhas, o indivíduo torna-se constantemente avaliável (Dardot e Laval, 2016). Todas estas características geram, conseqüentemente, uma constante provação do próprio valor e a necessidade de um alto desempenho que produz efeitos patológicos. Dardot e Laval (2016) citam como diagnósticos o sofrimento no trabalho e a autonomia contrariada, a corrosão da personalidade, a desmoralização e a depressão generalizada.

### **Considerações finais**

O desenvolvimento da dinâmica de trabalho industrial foi perpassado pela introdução da maquinaria, que alterou completamente o ritmo de produção não apenas pela quantidade de peças produzidas, mas também pelo curto tempo em que este processo ocorria. Marx (1975) explorou todo o funcionamento das fábricas no Capital e afirma que, ao contrário do que muitos pensavam, a inserção das máquinas e inovações tecnológicas nas fábricas não causaria uma diminuição no tempo de trabalho dos trabalhadores. Pelo contrário, consistia em uma nova forma de exploração, na qual se produzia muito mais que antes.

Estas novas máquinas demandavam também um sistema de disciplina do trabalhador que não existia antes da Revolução Industrial. Os trabalhadores tiveram que adaptar toda a sua vida em torno do tempo de funcionamento das máquinas e aos horários das fábricas, de forma a gerar uma nova relação cultural com o tempo. Conforme o capitalismo se estabelecia, essa nova relação com o tempo foi se incorporando cada vez mais na vida dos trabalhadores, mantendo marcadas as divisões entre o tempo de trabalho e o tempo para viver a vida.

A partir deste desenvolvimento histórico do trabalho no sistema capitalista e a forma como este se apropriou do controle do tempo, reflete-se como a relação com o tempo na sociedade do século XXI foi desenvolvida. As necessidades de sincronização tomam novas formas na sociedade mediada pela tecnologia em que tudo parece estar acelerado demais e as escolhas de utilização do tempo presente são influenciadas por uma falta de perspectiva de uma estabilidade futura.

Neste contexto, observa-se como as novas relações de trabalho exploram e incorporam esta atual relação com o tempo entre os trabalhadores. O neoliberalismo extrapola a relação do “tempo é dinheiro” no tempo do trabalho para uma relação de um eu-empresa que se mantém constantemente trabalhando. Seja por necessidade em um sistema que torna cada vez mais precárias as condições de trabalho, salário e direitos; seja pela construção de uma imagem de auto melhoria permanente visando uma produtividade elevada.

A situação dos jovens trabalhadores do novo milênio é única visto que muitas destas mudanças aconteceram ao longo do seu tempo de vida. Estes jovens que estão hoje adentrando no mercado de trabalho receberam uma educação pautada na modernidade liberal anterior, com seus cartões-ponto, controle restrito de horas trabalhadas e não-trabalhadas, direitos trabalhistas e longos tempos de carreira na mesma empresa. O mercado que vivenciam é, no entanto, muito diferente. A perspectiva sedutora de um controle do próprio tempo apresentada pelo neoliberalismo acaba voltando-se contra os trabalhadores na forma de uma precarização que, em muitos casos, torna-se tão internalizada que não é percebida de imediato, ou, ainda, estimulada.

Portanto, destaca-se a importância da análise da relação das pessoas com o tempo, visto o impacto que este teve ao longo do desenvolvimento do sistema



capitalista. Atualmente, a dimensão do tempo se mantém como fator de suma importância nas relações de trabalho, visto a desintegração dos limites entre trabalho e vida pessoal que constituem o discurso neoliberal. Além da precarização do trabalho, esse contínuo sentimento de aceleração também gera diversas ansiedades e patologias que vem sendo cada vez mais comuns nas dimensões sociais e culturais da atualidade.

## Referências Bibliográficas

- Antunes, R. (2009), *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo, Boitempo.
- Dardot, P., e Laval, C. (2016), “A fábrica do sujeito neoliberal” in P. Dardot e C. Laval, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (pp. 321-376), São Paulo, Boitempo.
- De Decca, E. S. (1995), *O nascimento das fábricas*, São Paulo, Brasil.
- Engels, F. (1977), “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem” in K. Marx & F. Engels, *Textos* (pp. 61-74), São Paulo, Edições Sociais.
- González Rey, F. (2009), *O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito*, São Paulo, Editora Vozes.
- Harvey, D. (2018), *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, São Paulo, Boitempo.
- Marx, K. (1975), *O capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Rosa, H. (2019), “Introdução”. In H. Rosa, *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade* (pp. 1-43), São Paulo, UNESP.

Thompson, E. P. (1998), *Costumes em comum*, São Paulo, Cia. das Letras.

*Artículo recibido el 23 de junio de 2020*

*Aprobado para su publicación el 10 de noviembre de 2020*